

Armazém flutuante perto de um garimpo do Rio Madeira, em Rondônia, e a mesa-redonda promovida pelo Estado: em debate, o futuro da maior floresta tropical do planeta

A improvisação destrói a Amazônia

Até o final do ano passado, as belezas da Amazônia, território de cinco milhões de km² que abriga a maior floresta tropical do planeta, eram um dos orgulhos nacionais. Desde a noite em que um tiro de escopeta matou o seringueiro e sindicalista Chico

Mendes, em Xapuri, interior do Acre, no entanto, o tema se tornou incômodo para o País. Ameaçada por queimadas, desmatamentos e agressões de toda natureza, essa região passou a frequentar quase todos os dias o noticiário dos jornais e das emissoras de te-

levisão do mundo inteiro. Transformou-se também no principal foco de pressões contra o Brasil.

Para discutir essas críticas e o futuro da região, o Estado reuniu quatro autoridades no assunto: o presi-

dente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, Fernando César Mesquita; o cientista Alberto Setzer, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe); a antropóloga Mary Alegretti, presidenta do Instituto de Estudos da Amazônia; e o

empresário e colonizador João Carlos Meirelles.

Depois de duas horas de debate, os quatro concordaram em pelo menos um ponto: o maior inimigo da Amazônia é a improvisação, marca da política do governo para a região até

hoje. Outra conclusão: é possível explorar os recursos da Amazônia sem destruí-la. Os trechos principais da mesa-redonda, que teve a participação dos jornalistas Laurentino Gomes, Annamaria Marchesini e Liana John, estão nesta página e na seguinte.

Muitos planos e poucos recursos

ESTADO — O governo promete usar um aparato que inclui satélites, aviões e brigadas antincêndio para controlar a devastação da Amazônia este ano? É possível impedir queimadas numa área de 5 milhões de km²?

FERNANDO CÉSAR MESQUITA — É difícil, mas não é impossível. A nossa idéia inicial é fazer o controle através de autorizações de desmatamento, que passam por uma avaliação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Teremos também um esquema preventivo de combate a incêndio. A queimada na Amazônia é inevitável por motivos culturais. É difícil impedir que o índio — ou o pequeno proprietário — faça uma queimada. Por isso, vamos agir de forma preventiva, distribuindo material educativo, que mostra como fazer uma queimada. Temos postos de observação em toda a região, com a ajuda das Forças Armadas e do Inpe, que fará o rastreamento por satélites. Assim, vamos descobrir um grande desmatamento logo no início e checar se o proprietário tem autorização para fazê-lo ou não. O que estamos introduzindo é uma nova orientação e uma ação mais energética do governo, com o devido suporte tecnológico.

ESTADO — Os cientistas acham que esse plano funciona?

ALBERTO SETZER — Eu não poderia falar de uma forma ampla sobre o governo. Posso apenas relatar algumas coisas que temos feito na área de aplicação de satélite nessa parte da Amazônia. Os satélites têm sido usados com bastante sucesso na detecção de queimadas; fazemos isso com uma precisão muito boa. Este ano, essas informações serão entregues ao pessoal do Instituto do Meio Ambiente que, em poucas horas, saberá onde está ocorrendo uma nova queimada. Esse trabalho já foi feito, em caráter experimental, em 1987 e 1988. Este ano, passamos à fase operacional.

ESTADO — Em quanto tempo será possível passar a informação ao governo, depois que o satélite localizar a queimada?

SETZER — Entre uma e duas horas depois do início do incêndio.

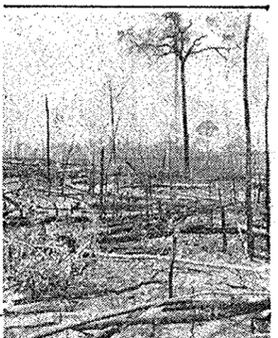
MESQUITA — É bom esclarecer que nosso objetivo é controlar primeiro o desmatamento, que é a causa da queimada.

SETZER — É, existe o outro lado, que é o controle do desmatamento. A queimada é a consequência do processo de devastação da floresta. Essa é uma metodologia mais complicada. É mais fácil identificar o fogo do que a derrubada da floresta. Por isso, este ano vamos controlar as queimadas e acompanhar os desmatamentos só como teste. Talvez no próximo ano possamos fazer também esse trabalho de forma sistemática.

ESTADO — O que o empresário acha desse plano de governo?

MEIRELLES — O incêndio que o dr. Fernando César está tentando apagar é consequência da falta de uma política fundiária para a Amazônia. A definição do uso das terras de uma nação é o ato mais importante de sua soberania sobre seu território. É preciso decidir como, quando, por quem e quanto desse território deve ser ocupado. O País não tem hoje essa política de ocupação. A Amazônia é um universo complexo, de circunstâncias ecológicas absolutamente distintas e também de circunstâncias fisiográficas diferentes. Esse espaço, que representa 60% do território nacional, tem hoje 10% da população brasileira, e, desse total, entre 10% e 12% está concentrado nas capitais dos Estados da região. Belém tem quase 2 mi-

lhões de habitantes e Manaus quase 1 milhão. Quando a Zona Franca de Manaus foi constituída, a cidade tinha cento e poucos mil habitantes. Houve um inchaço nas cidades, enquanto o espaço interior ainda está rarefeito. Há 15 anos, a Associação dos Empresários da Amazônia



"A burocracia é pior para o meio ambiente do que a poluição e a devastação da Amazônia. Seria um bom negócio se, em vez de se queimar a floresta amazônica, se queimassem todos os burocratas brasileiros." (Fernando César Mesquita)

produziu um documento sobre o assunto, chamado "Modelo de Ocupação da Amazônia", mostrando que era possível compatibilizar a preservação do meio ambiente com a atividade econômica.

ESTADO — O que propunha esse trabalho?

MEIRELLES — Em números arredondados, dizia o seguinte: dos cinco milhões de quilômetros quadrados da Amazônia, duas terças partes (alguma coisa em torno de 3,2 milhões de quilômetros quadrados) deveriam ser mantidas, de forma permanente, como áreas de preservação de quatro tipos — áreas indígenas, parques ecológicos, parques biológicos e parques nacionais. Restaria, para um processo de longo prazo de ocupação, uma área de 1,8 milhão de quilômetros quadrados. Isso significaria que estaríamos dobrando a capacidade agrícola

do País, na fronteira amazônica, sem comprometer o equilíbrio ambiental da região. Esse era um estudo sério e, se ele fosse colocado em prática, estaríamos dando um exemplo ao mundo de que se poderia fazer essa ocupação de maneira não predatória.

ESTADO — Este ano, o Inpe foi convocado a fazer um diagnóstico real sobre a destruição da Amazônia e anunciou um número — de 5,1% da região — que ajudou o governo a enfrentar as críticas internacionais. Qual é a real dimensão dessa destruição?

SETZER — Existe uma certa controvérsia em torno desse índice de 5,12% que foi divulgado pelo presidente Sarney. Essa controvérsia acontece dentro do próprio Inpe. Os 5,12% correspondem a uma área de 250 mil km² que, nesse estudo recente, foi considerada de "desmatamentos recentes". Por "recente" entende-se o final da década de 60 até os dias de hoje. No denominador foi colocada a área da Amazônia legal e, por um pequeno lapso, foi utilizado o valor de 4,9 milhões de km², quando deveria ter sido usado o valor de 5,06 milhões de km². Agora, se considerarmos os desmatamentos antigos da Amazônia, esse numerador sobe de 250 mil para 340 mil km². Esses 5,12% dependem, portanto, da interpretação que se dá aos números. Além disso, convém lembrar que a região amazônica não é coberta totalmente por floresta. Há regiões de savanas, cerrados e campos.

ESTADO — O que é queimada e o que é desmatamento nos estudos do Inpe?

SETZER — Existe, de fato, uma confusão até no meio científico entre queimadas e desmatamento. Muitas pessoas imaginam que queimada é a floresta pegando fogo, de forma incontrolável. Não é bem assim. Eu costumo dar o exemplo do Estado de São Paulo. Eu não consigo viajar neste Estado, durante a época da seca, sem ver tudo queimado de qualquer lado da estrada. E aqui não tem mais floresta. São queimadas associadas à limpeza de pastagens, preparo de colheita da cana ou mesmo incêndio provocado por quem joga pontas de cigarro na beira da estrada. No caso da Amazônia, a proporção certamente é diferente e muitas queimadas estão associadas ao desmatamento. O estudo do Inpe, no entanto, inclui tudo, tanto as queimadas resultantes da derrubada da floresta como as usadas no preparo de lavouras antigas. Em 1987, por exemplo, foram queimados cerca de 200 mil km² da região. Esse é um fenômeno que, por ser fotográfico, assusta muita gente e tem divulgado muito grande.

ESTADO — O problema não é tão grave como se imagina?

SETZER — O problema é grave, não há dúvida. O que estou dizendo é que só agora podemos mostrar a real dimensão de

preciso fazer um zoneamento agroecológico e econômico. A própria Constituição exige isso. Esse zoneamento já está contratado com a FAO, órgão das Nações Unidas que estuda a agricultura e a produção de alimentos no mundo. O problema é que esse zoneamento custa muito dinheiro e vai demorar de três a cinco anos para ficar pronto. Ele é o primeiro passo para se chegar a uma política para a Amazônia. A providência inicial é frear essa ocupação desordenada. Fizemos o programa Nossa Natureza, que é composto por leis e providências importantes para a preservação da Amazônia. O Congresso vai discutir e votar essas propostas.

ESTADO — O projeto da FAO é que vai definir a ocupação da Amazônia ou existem outros projetos iguais a esse?

MESQUITA — O projeto da FAO, a rigor, está sendo elaborado com a utilização de todos os demais feitos anteriormente. É um projeto definitivo, que reúne estudos e experiências anteriores.

ESTADO — O senhor prevê que esse estudo pode demorar até cinco anos para ficar pronto. E, até lá, a Amazônia fica sem nenhum projeto de ocupação?

MESQUITA — Como já se falou aqui, eu estou apagando incêndio — em todos os sentidos. Primeiro, é preciso conter o processo da forma como vinha sendo conduzido. É necessário fazer cumprir, pelo menos, a legislação existente. O Código Florestal, por exemplo, era cumprido mal e porcamente até agora. Ninguém fiscalizava nada. Se a lei atual for cumprida, já é um grande passo.

ESTADO — Por que não se cumpriu a lei até hoje?

MESQUITA — Porque existe a burocracia, que é pior do que a poluição e do que a devastação da Amazônia para o meio ambiente. Seria um bom negócio se, em vez de queimar a floresta amazônica, queimassem todos os burocratas brasileiros.

ESTADO — A floresta pode ser economicamente viável da forma em que está hoje?

ALEGRETTI — A floresta em pé deve ser considerada produtiva e deve ser incentivada. É preciso acabar com o pressuposto de que a floresta é um empecilho ao desenvolvimento na Amazônia. Ela gera riquezas para a população que vive lá. Esses moradores da floresta são pobres não porque os produtos são pobres, mas porque a sua comercialização sempre foi monopolizada. Os produtos da floresta têm em mercado no mundo inteiro. E o caso da castanha-do-pará. Hoje, o castanheiro tem uma vida miserável, porque seu produto é comprado a preços aviltados por um comerciante, que lhe vende alimentos, remédios e outros suprimentos a preços extorsivos. É preciso mudar esse sistema de comercialização na Amazônia.

ESTADO — É possível compatibilizar a existência da floresta com novidades tecnológicas como hidrelétricas, estradas e lavouras modernas?

ALEGRETTI — A preservação da floresta amazônica não exclui hidrelétricas, estradas nem lavouras. Existem campos naturais na Amazônia onde se pode criar gado, existem várzeas para a agricultura. Nenhum pode ser contra uma estrada na região, porque a população local tem direito ao desenvolvimento. O problema é que a construção da estrada é feita de forma desordenada e acaba atraindo a especulação que, por sua vez, expulsa a população local. O governo não consegue sequer manter as estradas atuais em condição de tráfego. Como pretende, então,

construir uma nova estrada no Acre, por exemplo?

ESTADO — Se o projeto do governo não inclui a queima dos burocratas, por que as coisas vão funcionar melhor agora?

MESQUITA — Ai é que vamos ver se a determinação do presidente é para valer ou não.

MESQUITA — De imediato, é

construir uma nova estrada no Acre, por exemplo?

ESTADO — Se o projeto do governo não inclui a queima dos burocratas, por que as coisas vão funcionar melhor agora?

MESQUITA — Ai é que vamos ver se a determinação do presidente é para valer ou não.

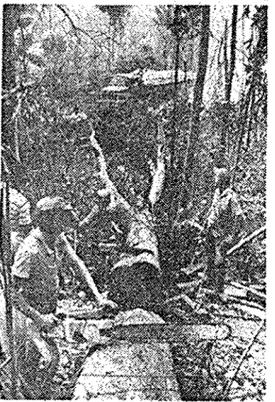


"Os garimpeiros invadiram a reserva dos Yanomamis, em Roraima, com a conivência do governo, que agora diz que não pode fazer nada. Os militares deveriam defender a segurança da população indígena." (Mary Alegretti)

Movimentar essa máquina governamental não é fácil. Eu me sinto como se estivesse associado a um elefante. Por exemplo: esse projeto de prevenção e combate a incêndio depende da aprovação de recursos pelo Congresso. Se quisermos uma antecipação, vamos depender da boa vontade do ministro do Planejamento e da decisão do próprio presidente. Eu preciso desse dinheiro imediatamente.

ESTADO — Quanto será necessário?

MESQUITA — Pelo menos NCs 4 milhões, além dos NCs 8 milhões que estão na mensagem ao Congresso abrindo um



"Na Amazônia, muitas queimadas estão associadas ao desmatamento. O estudo do Inpe inclui tudo: tanto as queimadas resultantes da derrubada da floresta, como para o preparo de lavouras antigas. Em 1987 foram queimados cerca de 200 mil quilômetros quadrados da região" (Alberto Setzer)

crédito especial para o programa Nossa Natureza.

ESTADO — E qual é sua prioridade de ação?

MESQUITA — A prioridade é deslocar pessoal para a região. Para isso, é preciso pagar diárias, transporte, ajuda de custo. Vamos ter de comprar veículos, fazer convênios com o Exército, que pode nos fornecer barracas e equipamentos. Também queremos a colaboração das autoridades do Ministério da Aero-

náutica e da Polícia Federal. Esse dinheiro, insisto, tem de sair já. É como eu estou falando: a poluição brasileira é pior na área de governo, na burocracia, que é um negócio terrível.

ESTADO — A exploração econômica da Amazônia sempre envolveu denúncias de desvio de recursos e escândalos financeiros, como os da Sudam e da Capem. O que é exploração econômica séria na Amazônia?

MEIRELLES — A meu ver, a ocupação séria é aquela que é feita mediante um planejamento regional, que define de forma precisa o que ocupar. O dr. Fernando César está absolutamente empenhado no zoneamento agroecológico e econômico, mas ele mesmo já disse que isso vai demorar de três a cinco anos. Entretanto, isso não pode deixar de ser feito imediatamente, nas fronteiras de ocupação nitidamente identificadas. A fronteira atual de ocupação começa numa pequena borda do Acre, segue intensamente em Rondônia e norte de Mato Grosso, chega ao Amazonas, onde eu instalo alguns projetos de colonização extremamente bem cuidados — continua pelo Estado do Tocantins, Maranhão, a oeste do meridiano 44, e na região do Pará que vai entre a divisa leste e o vale do Xingu. É nesta parte que temos de correr para definir o que deve ser preservado. Nós estamos até hoje vivendo sempre da política do fato consumado. Chegamos ao Araguaia há 30 anos e já podíamos ter definido as reservas indígenas todas. O que se deve fazer agora, com a colaboração de todos, é definir o que pode ser ocupado nesta frente que já está em processo de ocupação.

ESTADO — Como definir exatamente essa ocupação?

MEIRELLES — É preciso criar maneiras pelas quais o pequeno, o médio e o grande empresário estejam numa região em que haja equilíbrio. Isso só pode ser feito em áreas em que as circunstâncias ecológicas permitam. Houve no passado empreendimentos sérios, em que o empresário ou madeireiro procurou circunstâncias que permitissem efetivamente sua atividade. Mas houve outros casos, pela vigarice do incentivo fiscal. As comissões de inquérito estão levantando esses casos e identificando deformações lamentáveis. Mas agora temos de aproveitar os erros e saber como fazer uma limonada do limão que temos. O mundo inteiro desconhece a metodologia da ocupação integrada. Não há no mundo nenhum modelo para copiarmos. Parece-me que o entendimento sério é o que busca áreas nas quais exista ocupação integrada.

ESTADO — Como devem ser feitos esses empreendimentos?

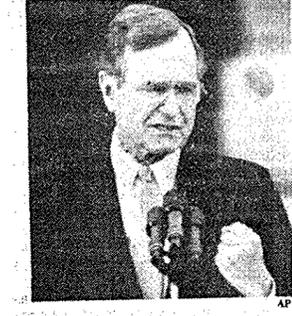
MEIRELLES — Há um irresistível fluxo migratório para a Amazônia. É gente que vai do Nordeste, do Leste e do Sul para trabalhar. É gente que largou tudo o que tinha — estrada, telefone, luz, médico — e foi se posseira em Rondônia. Voltamos sempre ao ponto fundamental, que se chama política fundiária. Mais uma vez, é preciso definir já o que deve ser preservado. Deve-se também reordenar essa ocupação depois de defini-la, para que ela não seja só especulativa. Muita gente conseguiu títulos, e hoje existem centenas de milhares de hectares à espera de valorização. A parte disso tudo, quero lembrar que hoje há grandes empresas que roubam madeira para exportá-la. Essa ação predatória contra a mata pode se tornar irreversível, porque os ladrões de madeira estão faturando hoje na escala de um bilhão de dólares.

"As críticas ao Brasil são hipócritas"

ESTADO — Qual é o real impacto ambiental da destruição da Amazônia? Já houve uma série de previsões catastróficas, mas o que acontece exatamente com o clima?

SETZER — Existem algumas coisas que são mitos. A Amazônia não representa o pulmão do mundo, mas isso não quer dizer que não vamos ter problemas muito sérios se a Amazônia for eliminada em sua totalidade. O primeiro efeito será sobre o balanço hídrico. Quando você tem a floresta, só uma pequena porcentagem da água chega ao solo. A maior parte é retida pelas folhas, troncos, e se evapora diretamente. Na hora em que você retira a floresta, a quantidade de água da chuva que chega ao solo é muito maior. Numa região como a Amazônia, em que há uma predominância de solos pobres, essa quantidade de água, atingindo o solo, vai provocar uma lavagem maior dos componentes do solo. Outra coisa é o problema da reflexão de radiação solar para a atmosfera. Uma floresta é escura, a gente tem essa sensação olhando, apenas visualmente. Uma pastagem, uma vegetação mais rala é muito mais clara, indicando que há uma reflexão muito maior de energia para a atmosfera. Se você considerar o desmatamento de uma região muito grande, isso irá introduzir mudanças climáticas sensíveis no nosso continente. É claro que a temperatura da região vai subir muito, é claro que a precipitação vai diminuir muito e é claro que isso terá também efeitos no nosso continente. Mas não é nada que produza uma catástrofe de extermínio da humanidade ou da população local.

ESTADO — E a mudança da composição química da atmosfera, causada pela emissão de gases durante as queimadas?



"A BR-364 aumentará a integração da América Latina, e isso não interessa a ninguém como o presidente americano George Bush. Hoje, o Brasil está de costas para os outros 7 países do pacto amazônico." (João Carlos Mierelles)

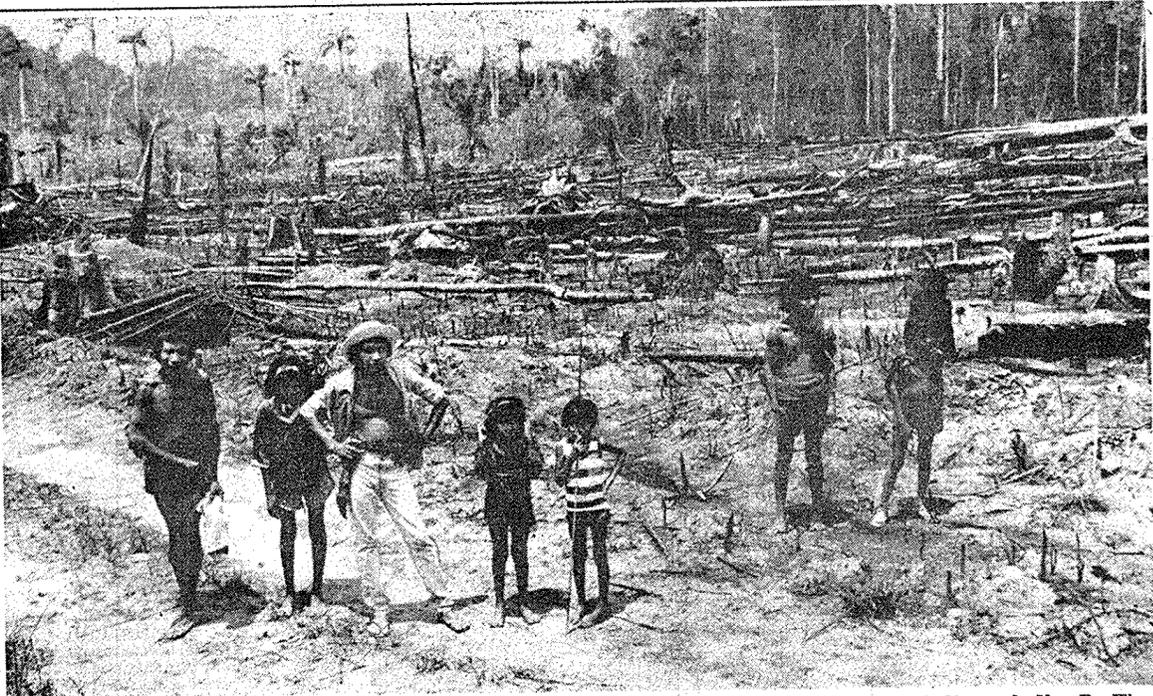
SETZER — A queima atual já está contribuindo com 5% a 10% das emissões mundiais de CO₂, um gás que nada tem de tóxico. Ele apenas contribui para o chamado efeito estufa, que é uma hipótese (até hoje também não existe uma confirmação científica disso, de que haveria um aquecimento da atmosfera do planeta Terra todo, com o consequente derretimento das camadas polares). Se toda a floresta fosse queimada, nossa contribuição aumentaria muito. Ainda assim, nós somos, por enquanto, um fenômeno menor, se comparado com as queimas de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica ou mesmo nos carros dos países industrializados.

MEIRELLES — Dr. Fernando, eu acho que está na hora de o Brasil propor a criação de um subórgão qualquer, na ONU, talvez na FAO, que discuta concretamente o problema do carbono na atmosfera. Nós estamos sendo duramente tratados hoje com relação ao problema amazônico. Os países tropicais contribuem para a carga de carbono que está hoje na atmosfera, com suas queimadas. Um conselho mundial de gás carbônico seria altamente positivo, até mesmo para que o Brasil tomasse a dianteira do processo.

MESQUITA — Eles estão discutindo, eles têm o ozônio. **MEIRELLES** — O que eu quero dizer é o seguinte: se os cientistas entendem que o gás carbônico produz uma acumulação permanente na atmosfera, e essa acumulação pode ter efeitos deletérios sobre o comportamento da atmosfera, da biosfera, e coisas assim, a questão deve ser tratada de forma global. Como nós somos parte do problema, podemos tomar a dianteira política na defesa de algo que realmente nos preocupa, porque a ocupação racional da Amazônia é sobretudo uma preocupação brasileira.

ESTADO — Dr. Fernando, de onde surgiu a idéia de que se está tentando internacionalizar a Amazônia? **MESQUITA** — Eu não entro nessa paranoia de internacionalização da Amazônia, mas não somos ingênuos a ponto de desconhecer a história, a realidade. Você vê que, desde o descobrimento do Brasil, vêm acontecendo sucessivas tentativas, eu não diria de internacionalizar, mas de ocupar a Amazônia. Não se pode negar que há uma idéia, uma ambição.

ESTADO — Mas há provas concretas disso?



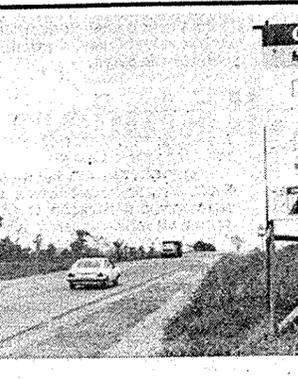
As cicatrizes da destruição
A história de Rondônia é um bom exemplo dos problemas causados pela ocupação desordenada da Amazônia nos últimos anos. Desde 1970, a população do estado cresceu dez vezes. A chegada dos colonos reduziu a floresta quase pela metade e não respeitou nem as reservas indígenas, que, por lei, são intocáveis. Na foto acima, um pedaço da floresta na reserva indígena de Uru-Eu Wau Wau devastado pelas queimadas. Os próprios índios vendem a madeira, acreditando fazer um bom negócio.

MESQUITA — Não há como negar que existem interesses por trás disso. Como negar a hipocrisia do presidente Mitterrand, que recentemente mandou afundar o navio do Greenpeace e agora fica falando em Amazônia, em defesa do meio ambiente no Brasil, quando ele nunca defendeu nada disso? O atol de Mururoa é um exemplo das explosões nucleares da França. Há repetidas declarações de pessoas importantes dizendo que a preocupação mundial com a Amazônia tem de extrapolar os limites geográficos e políticos da soberania dos países que a compõem. Os senadores americanos disseram isso. Mitterrand falou recentemente o ministro da Fazenda da Itália deu uma declaração nesse sentido. E há um documento — que até hoje não sei se é apócrifo ou não — do Conselho Mundial das Igrejas, de 1981, que estabelece uma estratégia sobre a Amazônia. Seu texto irritou muito os militares, porque fala em não se permitir a instalação de qualquer órgão militar na região, sejam quartéis ou campos de pouso. Esses documentos e certas declarações provocam certo nervosismo na área de segurança.

MARY ALEGRETTI — Isso é conversa do governo. A Amazônia já produz para o mercado internacional desde a época da borracha. Hoje, a Amazônia está integrada à economia internacional, como o próprio Brasil. Seria muita pretensão achar que um país pudesse controlar a vontade política de outro em pleno século XX. O governo dos Estados Unidos não está interessado em controlar o que Sarney fará na Amazônia. O desenvolvimento deve ter limites em função de problemas ambientais. O fato é que hoje o modelo de exploração da Amazônia é destrutivo e injusto socialmente. A soberania não está em jogo e é uma irresponsabilidade o governo usar esse tipo de argumento para se defender das críticas.

Temos de evitar esses extremismos internacionais, assim como temos de evitar o nacionalismo exagerado que está surgindo em função disso. Impedir que esses exageros ocorram é a nossa função como cientistas. Temos tido muitas limitações. Os salários do pessoal que trabalha com o meio ambiente são vergonhosos. Equivalem a um décimo do que qual-

quer um estaria recebendo no Exterior. Não existem absolutamente recursos. Nós temos hoje no Inpe uma diretoria de trabalhos possíveis sobre Amazônia. Estamos recebendo agora uma doação do próprio governo americano, de mais de US\$ 1 milhão, só para desenvolver estudos na área de desmatamento da Amazônia. Reconheço que estamos muito atrasados. A idéia é melhorar. Não sei se vai dar certo.



"A preservação da floresta amazônica não exclui hidrelétricas, estradas nem lavouras. A população da região tem direito ao desenvolvimento. Mas se o go-

ESTADO — Que tipos de pressão o governo brasileiro vem sofrendo dos países europeus e dos Estados Unidos?

MESQUITA — O que se faz contra o Brasil na Europa hoje, e no mundo, é um negócio perverso. Na Itália, a revista L'Espresso publicou em duas edições (19 de fevereiro e 26 de fevereiro) um encarte, já com franquia postal, dirigido ao primeiro-ministro: "Não compre minério de ferro do Brasil. Não permita que a Comunidade Econômica Europeia financie projetos de desenvolvimento na Amazônia". Um milhão de pessoas receberam este encarte. Quem o financiou, teoricamente, foi a World Wildlife Foundation (WWF), mas a informação que nós obtivemos na Itália é de que multinacionais de mineração, competidoras da Vale do Rio Doce, estavam envolvidas nisso. Recentemente, a McDonald's mandou uma carta ao Brasil pedindo para esclarecer se a empresa comprava nossa carne, porque seu maior concorrente lá, o King

Burger, estava fazendo uma campanha: "Não coma hambúrguer da McDonald's porque ele vem de gado cuja pastagem foi anteriormente uma floresta, hoje devastada". O McDonald's pode ter devastado a América Central, mas o Brasil, não.

ESTADO — Muitas dessas pressões apontam diretamente para a construção do prolongamento da BR-364 (que liga Curitiba a Rio Branco) até o Pacífico, certo?



verno não consegue manter as estradas atuais, como quer fazer a BR-364, no Acre?" (Mary Alegretti)

MESQUITA — Você acha que os Estados Unidos querem que o Brasil construa essa estrada? Lógico que não. E não há aí nenhum interesse em defender o meio ambiente. O presidente George Bush é contra a estrada porque por ela chegaremos ao Pacífico e colocaremos nossos produtos a preços muito mais competitivos do que os dos americanos. Seu interesse é puramente econômico. A BR-364 é indispensável para o Brasil do ponto de vista geopolítico e estratégico. E, quanto ao meio ambiente, não há problemas, porque já existem vários outros modos de construí-la sem que ele seja agredido.

ESTADO — Quais as opções para a construção da BR-364? **MEIRELLES** — Há um projeto que tem mais de 20 anos, que faria a integração dos países pelo lado de cá da cordilheira andina, como a rodovia Pan-Americana, faz pela vertente ocidental dos Andes. Esta estrada já foi até objeto de estudos financiados pelo Banco Mundial.

E para o Brasil ela seria muito conveniente, porque cortaria o Estado do Acre de Leste a Oeste, região que hoje só se atravessa de avião. Esse isolamento se dá também entre o Brasil e os outros sete países do Pacto Amazônico. Deles, nós só não fazemos fronteira com a Bolívia, mas com todos temos apenas uma ligação ferroviária, que é a Ferrovia Noroeste do Brasil (Corumbá a Santa Cruz de la Sierra) e a rodovia que liga Boa Vista a Santa Helena, na Venezuela. Estamos de costas para eles e isso é que interessa a alguém como o presidente Bush. A BR-364 aumentará a integração econômica da América Latina, fato que não lhe agrada.

ESTADO — Há algum plano de avaliação do impacto ecológico da BR-364 encaminhado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente?

MESQUITA — Para a construção de uma estrada deste tipo são necessários vários projetos para que se chegue a um definitivo, incluindo o relatório de impacto ambiental. Ele ainda não foi iniciado porque nem sabemos qual é o traçado definitivo da estrada. Mas já estamos discutindo como se poderia fazê-la sem uma agressão maior ao meio ambiente. Esta discussão só não avança porque não sabemos se haverá recursos para a estrada.

ESTADO — Tratando-se de uma região tão delicada, no caso da BR-364 o certo não seria como nos EUA, fazer três relatórios: um antes do projeto, outro durante e um terceiro monitoramento depois?

MESQUITA — Um estudo desses custa muito dinheiro e você sabe que nós estamos aqui brigando para arranjar NCZ's 4 milhões da Seplan para começar a desenvolver um projeto de prevenção de incêndios. Meu papel é obter resultados práticos imediatos. Não posso ficar sonhando. Você tem razão: tínhamos de fazer o planejamento, estudos, sair da burocracia, ultrapassar patamares e, enfim, resolver o problema. Deveríamos fazer, mas não temos recursos.

ESTADO — Por que o governo não tira os garimpeiros da reserva ianomami, em Roraima?

MESQUITA — Hoje em Roraima existem, dizem, 50 mil garimpeiros. Nós acreditamos que sejam 30 a 40 mil. Todos ar-

mados, dispostos a matar ou morrer. São aventureiros e não têm nada a perder. Você acha que há condições de tirar os garimpeiros de lá a curto prazo? Quando se coloca um fuzil ou uma metralhadora na mão de um recruta e ele aperta o gatilho, não se sabe onde vai parar. Teremos um morticínio. Depois do episódio de Volta Redonda — isto é opinião minha —, o Exército não vai mais entrar mais em nenhuma aventura desse tipo.

ESTADO — O que deve ser feito, então?

MESQUITA — Há que se fazer um estudo muito cuidadoso. Não será fácil. Outro fator que também precisa ser considerado é que a população de Roraima hoje é toda a favor dos garimpeiros, porque eles produzem riquezas e geram empregos. O erro foi deixar que o número de garimpeiros fosse aumentando e chegasse a situação em que se está hoje, em Roraima.

ALEGRETTI — A invasão da reserva dos ianomamis é um dos exemplos mais duros de aceitar no Brasil hoje. Os garimpeiros entram lá com a conivência do governo. Criaram uma situação de fato e agora o governo diz que não pode fazer nada. O governo permitiu que isso acontecesse. E os militares deveriam tomar uma atitude em defesa da soberania nacional, garantindo a segurança da população indígena.

ESTADO — Como impedir que o interesse econômico se sobreponha ao interesse ecológico?

MEIRELLES — Nós assistimos — e a imprensa não consegue nem mais publicar — a um conflito permanente na região porque não houve a organização jurídico-fundiária correta. Havendo esta organização, qualquer turbacão da posse de quem tem a legítima propriedade da área torna-se problema de polícia. Então, na hora em que os garimpeiros começaram a chegar à reserva ianomami, o que deveria ter sido feito? Deveria ter-se chamado a polícia, a Polícia Federal, um aparato para impedir o fato consumado.



"O presidente Mitterrand é um hipócrita. Mandou afundar o navio da Greenpeace e agora fica falando em Amazônia, defendendo o meio ambiente, quando ele nunca praticou nada disso." (Fernando César Mesquita)

ESTADO — Do ponto de vista científico e ecológico, qual é o problema que as hidrelétricas causam na Amazônia? A Eletro-norte tem um estudo no qual mostra que, até o ano 2000, 0,2% da Amazônia seria coberta pela água.

SETZER — Em termos de extensão geográfica, o que será coberto por essas hidrelétricas é mínimo, se comparado com a extensão da Amazônia. As preocupações com a alteração da vida biológica são precedentes, mas existem técnicas muito simples de construção de barragem que não alteram, por exemplo, a migração de peixes. A hidrelétrica ainda é a forma que menos agride o meio ambiente.

ESTADO — A diferença é quantas hidrelétricas você vai fazer. Se nós nos mantivermos no nível atual — hoje temos duas grandes hidrelétricas, Tucuruí e Balbina —, a área coberta por elas é percentualmente irrisória perto da área da várzea amazônica, que é de 180 mil km². Mas o plano da Eletro-norte é de 78 hidrelétricas, o que dá mais uma área de lago de 80 mil quilômetros quadrados.

MEIRELLES — O Brasil terá de construir hidrelétricas, ou para. E, em termos de hidrelétrica, é preciso lembrar que há 20 anos se estimava que o potencial hidrelétrico da Amazônia não passava de dois, três milhões de quilowatts. Hoje, do potencial estimado do Brasil, 60% está na Amazônia.

ESTADO — Tucuruí e Balbina são péssimos exemplos.

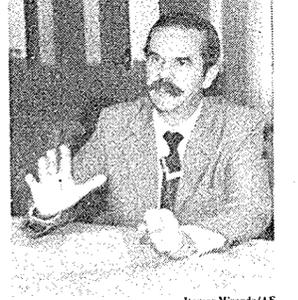
MEIRELLES — Balbina é o pior de todos. Tenho um estudo da Universidade Federal de Engenharia de Pernambuco mostrando que se nós utilizássemos a lenha da floresta inundada por Balbina produziríamos mais energia elétrica do que a própria hidrelétrica.

É um erro primário de engenharia. Na construção de Tucuruí também se cometeram erros. Se o desmatamento tivesse ocorrido no momento em que se decidiu construir a hidrelétrica, dez anos ou mais antes do fechamento efetivo da barragem, daria mais do que tempo para se limpar calmamente a área de inundação.

Os debatedores



O coringa do presidente
O jornalista Fernando César Mesquita, maranhense de 46 anos, é uma espécie de coringa do presidente Sarney. Foi porta-voz do governo, ouvidor da República e governador de Fernando de Noronha. Agora ocupa a presidência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, tarefa espinhosa no momento em que o Brasil enfrenta as maiores críticas internacionais nessa área.



Um fundador de cidades
— Poucos empresários brasileiros conhecem tão bem a Amazônia como o paulista João Carlos Mierelles, 54 anos. Nessa região, fundou três cidades: Jururuena, Matupá e Cotriguaçu, todas no Mato Grosso. É um dos mais conceituados colonizadores. É ex-presidente da Associação dos Empresários da Amazônia e atual presidente do Conselho Nacional de Pecuária de Corte.



Paixão à primeira vista
Os conhecimentos da antropóloga Mary Alegretti, 40 anos, sobre a Amazônia resultam de um caso de paixão à primeira vista. Em 1978, fez uma tese de mestrado sobre a região para a Universidade de Brasília. Gostou tanto do tema que nunca mais o abandonou. Trabalhou com o seringueiro Chico Mendes e fundou, em Curitiba, o Instituto de Estudos da Amazônia.



De olho nas queimadas
Os satélites da Nasa, a agência espacial norte-americana, são os principais aliados do engenheiro Alberto Setzer, 38 anos, nos seus estudos sobre a Amazônia. Como pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), ele coordena o programa de acompanhamento das queimadas na região. É doutor em meio ambiente pela Universidade de Purdue, em Indiana, EUA.